

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO FINANCEIRA

RENAN LUIZ BALBINOTTO

**CONTROLE PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO
DOS GESTORES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2018

RENAN LUIZ BALBINOTTO

CONTROLE PATRIMONIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de “Especialista em Gestão Financeira”.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Catapan

CURITIBA
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO

Esta monografia foi apresentada no dia 26 de agosto de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Financeira, do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Anderson Catapan
Orientador

Prof. Dr. Antônio Barbosa Lemes Junior
Banca

Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres
Banca

Visto da coordenação:

Prof. Dr. Antônio Barbosa Lemes Jr.

“O fator decisivo para vencer o maior obstáculo é, invariavelmente, ultrapassar o obstáculo anterior.”
Henry Ford

RESUMO

As empresas necessitam de um sistema patrimonial organizado para que possam prestar contas aos seus diretores e ao governo, independentemente do seu porte. Recentemente o controle patrimonial no Brasil passou a ter uma importância ainda maior, devido a adoção de normas internacionais da contabilidade. Essa mudança visou estabelecer uma unificação na maneira das empresas analisarem os resultados contábeis mundialmente. Portanto, objetivo do presente trabalho é analisar a visão dos gestores sobre o controle patrimonial, tendo em vista que são poucas as empresas que estão demonstrando importância ao setor patrimonial, principalmente as de pequeno porte. A falta de um controle patrimonial pode ocasionar prejuízos importantes que podem ser de aspectos legais, práticos e do valor do bem. No aspecto legal, a falta de controle dos ativos imobilizados pode resultar em uma omissão de receita, ou contravenção, de acordo com as leis brasileiras. Isso resultaria em processos administrativos e fiscais, com aplicações de multas e impostos devidos. Sob o aspecto prático, tem-se a falta de controle na capacidade de administrar seus bens, que resulta em dificuldade na declaração de investimentos e na manutenção desses ativos. Por fim, a falta do controle patrimonial pode afetar na mensuração de possíveis perdas anuais e na venda dos bens ou da própria empresa, tendo em vista que os proprietários ou acionistas não são capazes de mensurar o valor de venda dos bens da empresa, já que sem bens registrados, os valores podem não condizer com os valores prestados no mercado atual.

Palavras-chave: Controle Patrimonial. Ativo Imobilizado. Bens.

ABSTRACT

Regardless of their size, the companies need an organized patrimonial system to be accountable to their directors and the government. Recently, the patrimony control in Brazil has become even more important due to the adoption of international accounting standards. This change aimed to establish a unification in the way that companies observe the accounting results worldwide. Therefore this study aimed to analyze the managers' view on the patrimony control, considering that few companies are demonstrating importance to the patrimonial sector, especially small ones. The lack of a patrimonial control can cause important damages that can be legal, practical and of the value of the property. In the legal aspect, the lack of control of material goods may result in an omission of revenue, or contravention, according to the Brazilian laws. This would result in administrative and tax processes, with application of fines and taxes. On the practical side, there is the inability to manage their material goods that results in difficulties in the declaration of investments and in the maintenance of these assets. Lastly, the lack of patrimonial control can affect the measurement of possible annual losses and the sale of the material goods or the company itself, since owners or partners are not able to measure the sale value of the material goods because the values may not correspond to the values provided in the current market.

Key words: Patrimony Control. Permanent Active. Material Goods.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Qual o porte da empresa?	22
Gráfico 2 A empresa possui filial?	23
Gráfico 3 Qual função o entrevistado desempenha na empresa?	23
Gráfico 4 Qual seu grau de escolaridade?	24
Gráfico 5 Como é realizado o Controle Patrimonial da empresa?	24
Gráfico 6 O patrimônio da empresa é analisado para tomada de decisão sobre investimentos?	25
Gráfico 7 O(s) Proprietário(s)/Diretor(es) analisa(m) os relatórios patrimoniais da empresa?	25
Gráfico 8 Caso a questão anterior tenha sido positiva, qual a frequência que esta análise ocorre?	26
Gráfico 9 Em sua opinião, qual o nível de importância do setor patrimonial para empresa?	26
Gráfico 10 No controle de patrimônio, os sistemas de incorporação de bens são: ...	27
Gráfico 11 Como são tratados os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de um elemento do ativo imobilizado?	27
Gráfico 12 Como são mensurados ou avaliados os bens intangíveis?	28
Gráfico 13 Quando as reavaliações de bens foram realizadas (atendendo as normas da contabilidade internacional)?	28
Gráfico 14 No caso de o ativo estar contabilizado por valor irrisório, qual o procedimento adotado para reavaliação?	29
Gráfico 15 Nos casos de bens registrados pelo valor original, com qual frequência o procedimento de redução ao valor recuperável (Impairment) é realizado?	29
Gráfico 16 Quais são os métodos de depreciação utilizados na empresa?	30
Gráfico 17 A empresa realiza inventários físicos?	30
Gráfico 18 Caso a questão anterior tenha sido positiva, com qual frequência esses inventários são realizados?	31
Gráfico 19 O patrimônio é auditado por empresa especializada?	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA	8
1.2 JUSTIFICATIVA.....	9
1.3 OBJETIVOS	9
1.3.1 Objetivo geral	9
1.3.2 Objetivos específicos	10
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 CONTABILIDADE	11
2.1.1 Contabilidade Gerencial	12
2.1.2 Princípios de contabilidade	12
2.2 ATIVO IMOBILIZADO	13
2.3 RECONHECIMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO.....	15
2.4 DEPRECIAÇÃO	15
2.5 GESTÃO PATRIMONIAL	16
2.5.1 Inventário	17
2.6 TOMADA DE DECISÃO	18
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 TIPO DA PESQUISA.....	19
3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO	20
3.3 TECNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	20
3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	20
4. DADOS E RESULTADOS.....	22
4.1. DADOS	22
4.2. RESULTADO	32
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que todas as empresas, independentemente de seu porte, precisam realizar registros, conferências e depreciações de seus bens. Essas necessidades demonstram a importância do controle patrimonial das empresas, visando prestar contas aos seus administradores e ao governo. Entretanto, atualmente, existem empresas que não estão preparadas para realizar esse controle, outras preferem terceirizá-lo e, a minoria, opta por criar setores responsáveis.

Com isso, é imprescindível estudar o ativo imobilizado mostrando sua necessidade dentro das empresas, embasados pelas Leis, protocolos e conceitos. Conforme determina a Contabilidade internacional, adotada pelo nosso país.

Segundo Schmidt *et.al.* (2004, p.3):

[...] O processo de globalização dos mercados trouxe à tona a necessidade de harmonização contábil em todo mundo, pois investidores, de forma geral, são atraídos para mercados que conhecem e nos quais confiam. Diante dessas novas condições de mercado, surgem novos desafios para estudiosos, profissionais e usuários da contabilidade, bem como para entidades responsáveis pela emissão de normas contábeis, que passam a desempenhar um importante papel no processo de harmonização das práticas contábeis.

Em virtude deste cenário globalizado e competitivo, imposições de resultados econômicos e financeiros são cada vez mais cobrados dentro das empresas. Por isso, uma maior confiabilidade e transparências em seus processos internos são exigidos, para que as demonstrações contábeis possam auxiliar as decisões gerenciais.

Por mais, que este cenário esteja evidente, muitas empresas tem um controle imobilizado impróprio e ineficiente. Nem a harmonização da contabilidade mundial, que trouxe mudanças na apropriação do imobilizado, solucionou a maneira de algumas empresas analisarem seu ativo imobilizado.

1.1 PROBLEMA

Para Gil (2002, p.23):

Toda pesquisa se inicia com algum tipo de problemática, ou indagação. Todavia, a conceituação adequada de problema de pesquisa não constitui tarefa fácil, em virtudes das diferentes acepções que envolvem este termo.

Levando em consideração os diferentes pontos de vista sobre o controle patrimonial, o presente trabalho tem como objetivo colher informações dos gestores de empresas, verificar a importância do controle patrimonial na visão dos mesmos e analisar a influência nas tomadas de decisão dos diretores além das possíveis vantagens na percepção dos mesmos.

1.2 JUSTIFICATIVA

As dificuldades que empresas possuem em manter um controle patrimonial organizado, que afetam o ativo imobilizado, mudanças que ocorreram através da internacionalização das normas contábeis, onde os gestores/empresários passaram por momentos conturbados, justificam descobrir, a visão dos gestores de empresa quando ao tema proposto.

1.3 OBJETIVOS

Neste subtítulo, iremos apresentar o objetivo geral e objetivos específicos utilizados para analisar o problema do trabalho de conclusão de curso.

1.3.1 Objetivo geral

Esta pesquisa terá como objetivo geral demonstrar como um controle patrimonial apropriado, seguindo as normas internacionais estabelecidas, podem gerar

melhores resultados para as demonstrações contábeis da empresa, sendo assim, auxiliando seus gestores nas tomadas de decisões de investimentos.

1.3.2 Objetivos específicos

Os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos para estudo deste trabalho:

- Demonstrar o ativo imobilizado.
- Identificar como funciona o controle patrimonial nas empresas.
- Analisar a visão dos gestores sobre o ativo imobilizado.
- Verificar se as empresas estão atendendo as normas internacionais da contabilidade.
- Perceber o conhecimento dos gestores, quando ao controle patrimonial.
- Descobrir se os relatórios patrimoniais são utilizados para tomada de decisão de investimentos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONTABILIDADE

Desde o surgimento, passando pela sua evolução a contabilidade não registra um único conceito em definitivo. “Uma ciência social factual que tem por objetivo o estudo das variações, qualitativas e quantitativas ocorridas no patrimônio das entidades.” Assim, Santos et al. (2011, p.24) descreveu o conceito de contabilidade.

Analisando o que Basso (2011, p.26) descreveu como contabilidade, percebe-se vários conceitos:

Conjunto ordenado de conhecimentos próprios, leis científicas, princípios e métodos de evidenciação, é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativos (monetários) e qualitativos (físico), e que, como conjunto de normas, preceitos, regras e padrões gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômica e financeira e, complementarmente, controla, registra e informa situações impactantes de ordem socioambiental decorrentes de ações praticadas pela entidade no ambiente em que está inserida.

Existem ainda, aqueles autores que discordam dos que mencionam a contabilidade como ciência de informação. Sá (2010) é um desses autores, segundo ele a função do contador não está somente no registro de informações, como isso, define contabilidade como uma ciência social onde o contador se envolve no contexto todo, para identificar e correlacionar os movimentos patrimoniais com a eficiência as necessidades das informações.

O conceito sobre a contabilidade pode ser questionado por vários autores, mas quando se trata do objetivo, Basso (2011), Santos et al. (2011) e Sá (2010) possuem o mesmo pensamento. Descrevendo da seguinte maneira: “é o patrimônio da entidade que compreende um conjunto de bens, direitos e obrigações que podem ser mensurados qualitativos e quantitativamente”.

Santos et al. (2011) ainda complementam, a contabilidade tem por objetivo captar, registrar e analisar os movimentos patrimoniais com finalidade de gerar informações que auxiliem na tomada de decisões pelos seus usuários. Já Basso (2011) a finalidade básica da contabilidade “é gerar informações de ordem física,

econômica e financeira sobre o patrimônio, com ênfase para o controle e o planejamento – processo decisório”.

2.1.1 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial surgiu da necessidade de obter um gerenciamento mais complexo da produção industrial, saindo do foco do registro e análise financeira para utilizar as informações que pudessem influenciar futuramente. Este processo ficou evidente com as adequações da contabilidade internacional.

Padoveze (2015) descreve da seguinte forma:

A contabilidade gerencial é um conjunto de demonstrações contábeis e análises de natureza econômicas, financeira, e de produtividade que é disponibilizado para que grupos de pessoas, com objetivos comuns, voltando à gestão da empresa, possam receber informações que permitam planejar, avaliar e controlar o emprego de recursos próprios ou de terceiros, com objetivo de cumprir uma determinada meta.

Podemos descrever a contabilidade gerencial, voltada à administração das empresas, com o objetivo de disponibilizar informações úteis para a gestão empresarial, contribuindo para o processo de tomada de decisões.

2.1.2 Princípios de contabilidade

Com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, a contabilidade através de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão que traduz as normas emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), que estabelece as normas internacionais da contabilidade. Com isso, a contabilidade brasileira mudou de patamar, deixou de somente gerar informações ao fisco e agora também gera informações com maior qualidade e utilidade para usuários das informações possam tomar decisões gerenciais.

Iudícibus et al. (2010) descreve assim a mudança:

A nova contabilidade passou a atender mais a princípios do que regras, prevalecendo a essência sobre a forma, onde o profissional da contabilidade precisa se envolver com a operação para efetuar o registro de maneira que represente a realidade dos fatos. A contabilidade também passou a ser praticada por membros de toda a empresa, não tão somente pelo contador.

Esse contexto representa que a pessoa que registra o ativo, faz necessário analisar quem tem o controle, os benefícios e os riscos. Para então, analisar a essência dos movimentos para realizar um registro contábil em conformidade com as normas e princípios contábeis.

A resolução CFC nº 750/93 alterada pela resolução CFC nº 1.282/10, dispõe e descreve os seguintes princípios de contabilidade:

- Princípio da Entidade: determina que o patrimônio da entidade não se confunda com o de seus proprietários;
- Princípio da Continuidade: determina que os registros contábeis devam ser efetuados com o intuito de quem a entidade continuará existindo no futuro sendo que variações relevantes para tal deverão ser registradas nas demonstrações competentes;
- Princípio da Oportunidade: determina que as demonstrações devam ser registradas de maneira íntegra e tempestiva para que a informação não perca relevância e confiabilidade;
- Princípio do Registro pelo Valor Original: determina que inicialmente os custos patrimoniais devam ser registrados pelos seus valores originais e em moeda nacional;
- Princípios de Competência: determina que os movimentos da entidade devam ser registrados no período em que competem, promovendo o cotejo da receita e despesa;
- Princípio da Prudência: determina a utilização de certo nível de cuidado no julgamento de certos movimentos de maneira que ativos e receitas não sejam superavaliados e passivos e despesas não sejam desvalorizadas.

Seguindo os princípios mencionados em suas demonstrações contábeis, a entidade consegue transmitir consistências e confiabilidade ao usuário da informação, já que as normas podem ser alteradas de acordo com a necessidade ou resultado esperado, enquanto que os princípios permanecem inalterados, conforme Basso (2010).

2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado pertence ao ativo permanente, através do grupo dos tangíveis, no ativo da empresa. São caracterizados pela possibilidade de gerarem

benefícios futuros as empresas, bens que serão mantidos para serem utilizados na geração de mercadorias e serviços, por mais de um período nas empresas.

Mediante a Lei 6.404/76 art. 179, item IV conceitua a classificação no ativo imobilizado:

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Para Almeida (2010) os bens do ativo imobilizado representam parcela significativa do total dos ativos das empresas, são de permanência longa e não são destinados à venda, sendo utilizados na manutenção de suas atividades.

Já o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC27) analisa os bens do ativo imobilizado desta forma:

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- (a) É mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- (b) Se espera utilizar por mais de um período.

Seguindo as diretrizes do Comitê podemos identificar dois grupos de imobilizações. Imobilizados em Operação - aqueles bens que se encontram em atividade normal, conforme o objeto social da empresa. Imobilizados em Andamento - recursos ou bens que ainda não estão operando, mas que vão entrar na operação da empresa.

Podemos destacar algumas das classificações de conta do ativo imobilizado utilizados por empresas, que aparecem no Regulamento do Imposto de Renda de 2009 (RIR/99):

- Terrenos;
- Edifícios;
- Benfeitorias;
- Máquinas;
- Instalações;
- Móveis e Utensílios;
- Áudio Visual;
- Computadores e Periféricos;
- Veículos;
- Obra em Andamento;

Percebemos que tanto na literatura acadêmica quanto nos regimentos normativos, os ativos classificados como imobilizados, devem atender requisitos de geração de benefícios futuros. Estes ativos são considerados bens corpóreos não destinados a venda e que serão utilizados por mais de um período contábil dentro da empresa. Após registro destes, os mesmos ficam de total responsabilidade do

profissional contábil, o qual assegura que os valores contabilizados estão dentro dos requisitos.

2.3 RECONHECIMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO

Para que seja possível reconhecer um bem no ativo imobilizado, recorreremos ao CPC 27 (p.4), observando os seguintes critérios:

- a) For provável que benefícios futuros econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e
- b) O custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

Juntando o CPC 27 e o RIR 99 podemos identificar os seguintes critérios para imobilização de bens, que geralmente são aplicados nas empresas:

- Custo de Aquisição igual ou superior a R\$ 1.200,00 reais conforme sugere o RIR 99, considerando o custo do produto e dos serviços para colocar o bem em funcionamento (custo do frete e manuseio, custo de instalação e montagem e custo com testes).
- Prazo de vida útil superior a 1 (um) ano ou período contábil.
- Bens destinados à manutenção da atividade-fim da empresa.

Na visão acadêmica, Almeida (2010, p. 259) fala:

Os bens do ativo imobilizado são capitalizados por todos os custos incorridos até serem postos em funcionamento. Esses custos incluem, como por exemplo, na compra de um terreno, o preço pago pelo terreno, despesas com escritura, despachante, imposto de transmissão, etc. Caso exista construção que não seja de interesse da empresa, os custos de demolição também são registrados como custo do terreno.

Neste caso, para que o custo seja mensurado com confiabilidade, a empresa necessita observar todos os valores, desde o início da operação de aquisição até o momento que o bem esteja produzindo, ou seja, em funcionamento.

2.4 DEPRECIÇÃO

A depreciação dos bens do ativo imobilizado acontecerá através da diminuição do valor do bem, em desgaste por uso, motivos da ação da natureza ou

obsolescência normal. Ou seja, a depreciação diz respeito à perda do valor que os bens por serem corpóreos estão sujeitos naturalmente.

O art. 183 da Lei nº 6.404/76 estabelece, em seu 2º:

A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

Depreciação, quando corresponder à perda de valor dos direitos que têm por objeto os bens físicos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Já a Legislação Fiscal, por meio do RIR/99 e seus arts. 105 a 334, determina:

A importância correspondente à diminuição de valores dos bens do ativo permanente resultante de desgastes pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal, poderá ser computada como custo operacional. A parcela de depreciação dos bens utilizados na produção será computada como custo dos produtos vendidos, enquanto a depreciação dos demais bens será escriturada como despesa operacional.

Essa depreciação terá registro na contabilidade em função do prazo que o bem possa gerar benefícios econômicos na empresa, normalmente seguirá a tabela de taxas proposta pelo RIR/99. Sendo assim, a empresa deve observar cada bem individualmente, respeitando o limite do valor do bem, não podendo ser ultrapassado.

2.5 GESTÃO PATRIMONIAL

O Patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações que se encontram em determinado momento à disposição de uma empresa. Sua composição segue dois ângulos de estudo, conforme descreve Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p.639):

- A identificação da natureza de seus componentes, distinguindo-os uns dos outros por seus caracteres físicos ou jurídicos, graças à atribuição de nominativo específico que lembra esses caracteres ou que individualiza o componente (abordamos neste caso, a composição patrimonial sob seu aspecto qualitativo, sob o aspecto que caracteriza a qualidade de seus componentes);
- A mensuração dos componentes patrimoniais através de uma medida comum a todos eles, visando determinar sua grandeza (estudamos, então, a composição patrimonial sob o aspecto quantitativo, o aspecto que traduz a quantidade ou grandeza dos componentes e do próprio patrimônio).

Considerando o aspecto qualitativo, o patrimônio se apresenta como um complexo de elementos de diferentes estruturas, agrupados segundo a natureza,

destino ou seu grau de conversibilidade monetária. Já observado o aspecto quantitativo, aparece um complexo de valores estruturais pela medida comum.

Para Bernardes (2009, p.10):

Controle patrimonial é uma forma pela qual as organizações gerenciam todos os bens móveis e imóveis adquiridos de variadas formas (compra doação etc.). São eles os mobiliários, equipamentos, computadores, veículos, terrenos, prédios, entre outros e que são utilizados como recursos para que essa organização atinja seus objetivos ou metas planejadas na execução de seus serviços ou linha de produção. Trata-se do controle de toda a logística necessária, em termo de materiais permanentes (que dura um ano ou mais), para que a organização operacionalize suas ações do dia-a-dia.

A empresa que realiza um controle patrimonial eficiente, mantém sempre atualizados e monetariamente controlados seus bens imobilizados. Bens que sofrem a depreciação dentro da contabilidade, por isso é fundamental a importância do controle, para que os valores não fiquem divergentes, com os passar dos tempos.

2.5.1 Inventário

Mendes (2009) descreve o inventário é a discriminação de forma organizada e analítica de todos os bens e valores de um patrimônio, propondo em atender uma finalidade específica, sendo seu objetivo de verificar a existência física dos bens, como estar informando seu estado de conservação, manter atualizados e conciliados os registros do sistema patrimonial e contábil, detectando irregularidades e providenciando medidas cabíveis à situação.

Alves e Francês (2003, p.20) descreve inventário:

A determinação e arrolamento (lista, rol, relação), parcial ou total, dos elementos de um patrimônio, referidos a um determinado instante, buscando a identificação e comparação ente a existência física de bens e seus registros quanto às características do bem, localização, responsabilidade e forma de utilização. A Lei 4.320/64 estabelece que o inventário dos bens móveis e imóveis deverá ser analítico, ou seja, descrevendo-se os elementos do bem, física e financeiramente, para após fazer-se a conferência com a escrituração contábil.

O levantamento realizado através do inventário identifica possíveis ajustes a serem realizadas entre os dados escriturais e os saldos físicos do patrimônio, dando integridade as informações. Neste levantamento das situações dos bens, que as empresas sentem a necessidade de manutenção/investimentos em seus ativos.

2.6 TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão está diretamente relacionada à importância que essa informação possui reduzindo o risco de incerteza e aumentando a qualidade da decisão, tudo isso com um custo de informação baixo, segundo Oliveira (2010).

Já Chiavenato (2010):

O processo de tomada de decisão está propício a erros, pelo fato de estar bastante ligado às características pessoais de quem a toma. Todas buscam reduzir erros nas escolhas que fazem e assim podem melhorar os resultados. Para que isso ocorra, é necessário identificar o problema, buscar alternativas, selecionar a mais benéfica, implantar esta alternativa e verificar se ela realmente está atendendo as expectativas.

Passos (2010), conclui que as informações verdadeiras e oportunas são fundamentais para proporcionar às empresas a competitividade e soluções corretas para alcançar seus objetivos no processo de tomada de decisão.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo coletar informações a respeito da opinião dos gestores sobre o controle patrimonial dentro das empresas.

Primeiro passo foi reunir um referencial teórico do assunto, através de pesquisa bibliográfica. Partindo como base a Lei 6.404/76, o Regulamento do Imposto de Renda de 2009 (RIR/99), Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC27), artigos científicos e livros sobre o tema.

Em seguida, um questionário abrangendo o tema em estudo será enviado aos gestores de empresas. Após a obtenção das respostas, os dados serão tabulados e analisados. Por fim, será realizada a discussão dos resultados, conclusões e perspectivas futuras.

Marconi e Lakatos (2010, p.71) afirmam sobre pesquisa bibliográfica:

[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

3.1 TIPO DA PESQUISA

A realização desse estudo teve como bases as pesquisas bibliográficas, exploratórias e descritivas e também com dados coletados através de questionário aplicado.

Segundo Marconi e Lakatos apud Rummel (2007, p. 21), a pesquisa bibliográfica é a pesquisa que se utiliza de materiais escritos.

Para Gressler (2004, p. 54): “a pesquisa descritiva descreve, sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse”.

3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO

Para Fachin (2006, p. 112), a delimitação envolve o aspecto do tempo e do espaço. A delimitação do universo torna-se mais evidente a partir da escolha do assunto.

O universo de pesquisa deste presente trabalho foi realizado na cidade de Curitiba compreendendo 51 empresas de médio e pequeno porte, essa delimitação é justificada pelo fato que o problema apresentado neste trabalho fica concentrado nestas empresas.

3.3 TECNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Os dados coletados para a realização do presente trabalho são classificados como primários, pois as técnicas utilizadas para assim tornar o trabalho possível foram levantadas através questionário específica para gestores, administradores, contabilistas ou proprietários de empresas.

Verifica-se que a fase prática da pesquisa inicia-se com a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos, e sua execução obedece a várias características (OLIVEIRA, 1997).

3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez manipulados os dados da pesquisa e obtido os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação destes, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2007).

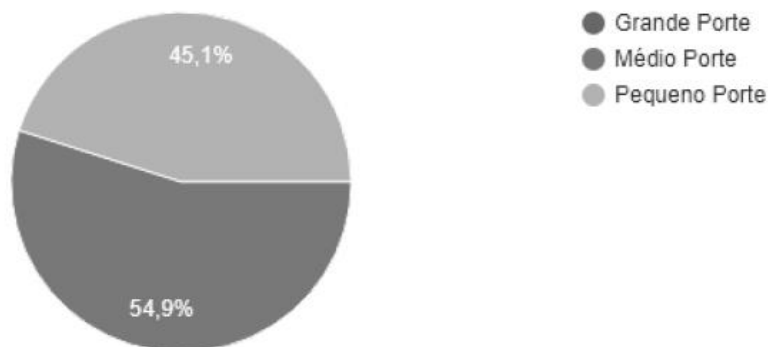
A análise e interpretação dos dados “representa a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação”. A importância dos dados está não nelas mesma, mas no fato de proporcionarem respostas às investigações (MARCONI; LAKATOS, 2007).

4. DADOS E RESULTADOS

4.1. DADOS

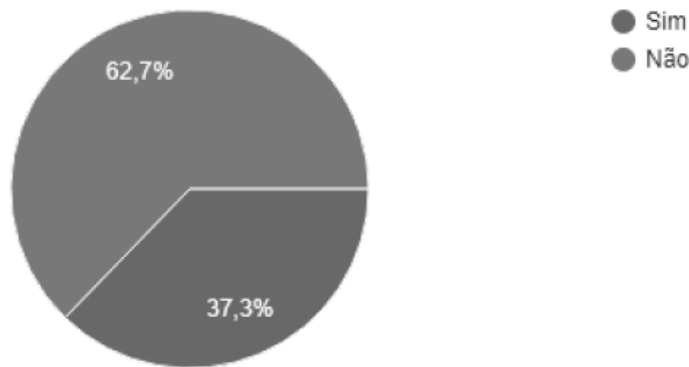
Depois de aplicado o questionário, foi realizado um levantamento dos dados questão por questão, para compreender o pensamento dos gestores das empresas quando ao controle patrimonial de sua empresa. Foram realizadas perguntas com o intuito de conhecer a empresa, seguida de perguntas específicas para saber a dimensão do conhecimento destes gestores.

Gráfico 1 Qual o porte da empresa?



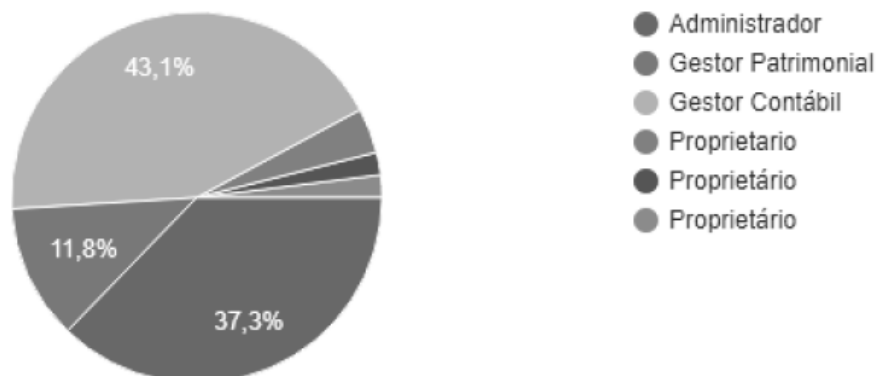
Fonte: Autor

Esta pergunta caracterizava a delimitação da pesquisa, estabelecida em Média e Pequena empresa. Com isso, estabeleceu mais empresas de Médio Porte (54,9%).

Gráfico 2 A empresa possui filial?

Fonte: Autor

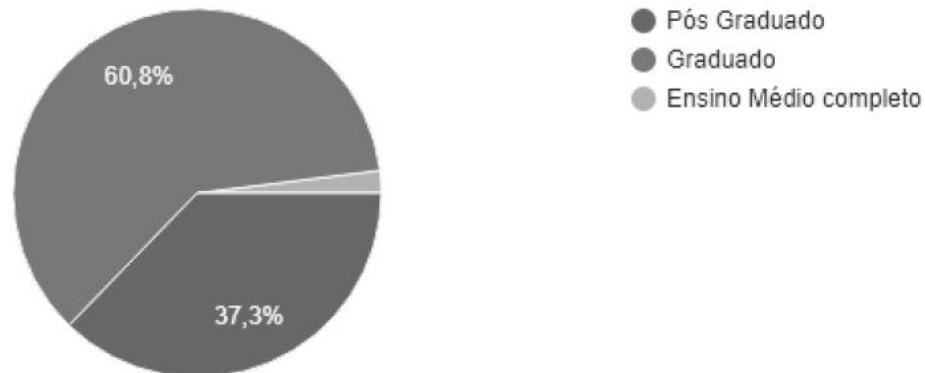
Verificamos que a maioria das empresas tem sede única (62,7%), quanto 37,3% possui uma ou mais filiais.

Gráfico 3 Qual função o entrevistado desempenha na empresa?

Fonte: Autor

Através desta pergunta, constatou o que outras literaturas já descrevem que a maioria das empresas de Pequeno e Médio porte deixa o patrimônio sobre responsabilidade de seus contadores. Algumas pesquisas demonstram que a maioria é realizada por contabilidades contratadas.

Gráfico 4 Qual seu grau de escolaridade?



Fonte: Autor

O intuito desta questão é saber o quanto está preparado em nível de conhecimento o entrevistado. O resultado foi bastante satisfatório, se for comparado ao nível de escolaridade do povo brasileiro, 98% dos entrevistados tem curso superior ou especialização.

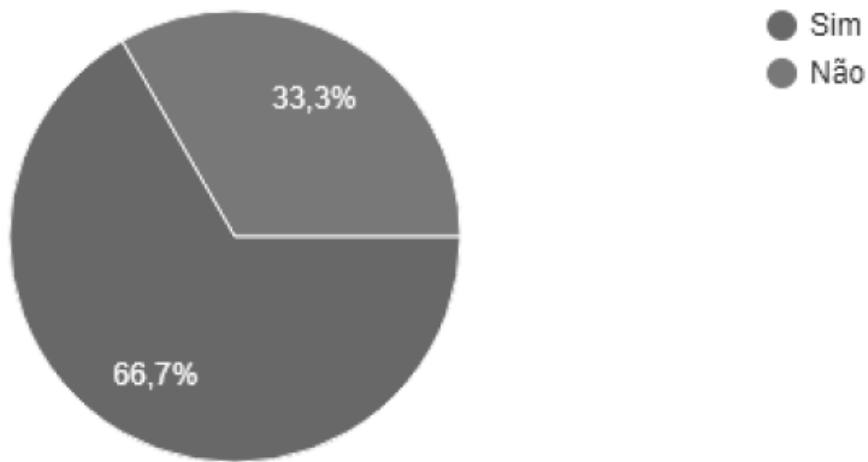
Gráfico 5 Como é realizado o Controle Patrimonial da empresa?



Fonte: Autor

Podemos observar nesta pergunta, que a minoria das empresas (3,9%) possui setor próprio para controle do seu patrimônio, o restante estão dependente de sua contabilidade ou de empresas terceirizada. Dependendo do tamanho da empresa, esta dependência gera um custo significativo.

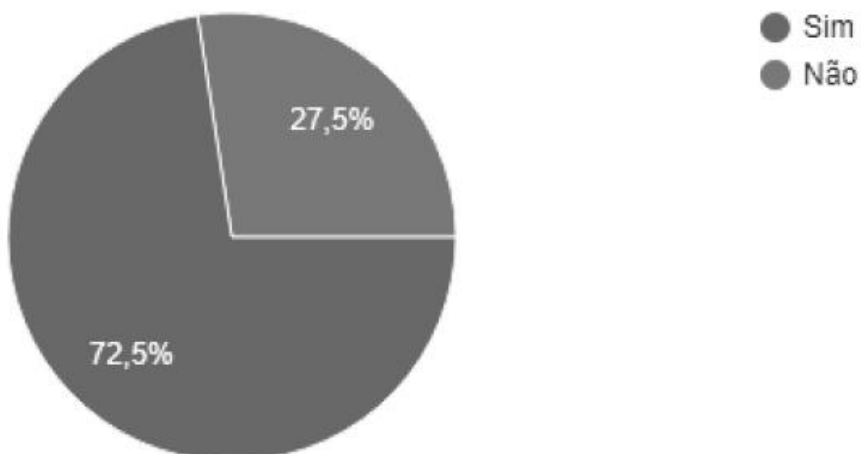
Gráfico 6 O patrimônio da empresa é analisado para tomada de decisão sobre investimentos?



Fonte: Autor

O resultado apresentado nesta pergunta foi satisfatório, onde 66,7% dos entrevistados apontam que suas empresas analisa o patrimônio para a tomada de possíveis investimentos. Esta questão vem de encontro ao título do trabalho, que visa saber as vantagens de utilizar o patrimônio nesta decisão.

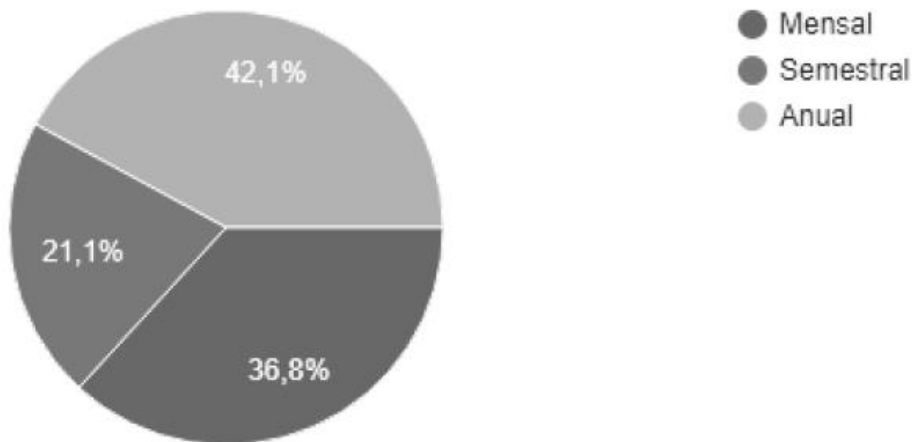
Gráfico 7 O (s) Proprietário (s) /Diretor (es) analisa (m) os relatórios patrimoniais da empresa?



Fonte: Autor

Outro resultado positivo, onde 72,5% dos proprietários/diretores verificam relatórios patrimoniais em um determinado período.

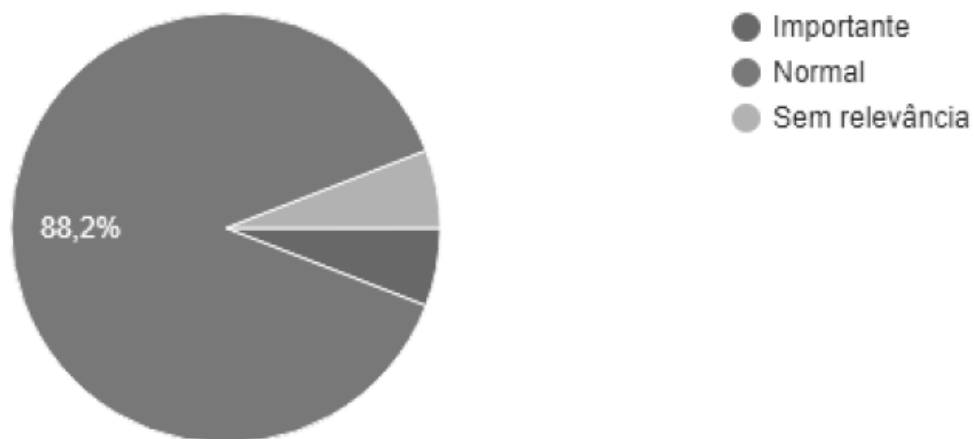
Gráfico 8 - Caso a questão anterior tenha sido positiva, qual a frequência que esta análise ocorre?



Fonte: Autor

Neste resultado, percebemos que por se tratar de empresas de médio e pequeno porte, a frequência da análise dos relatórios não é a considerada ideal. O ideal era um acompanhamento mensal segundo especialistas da área.

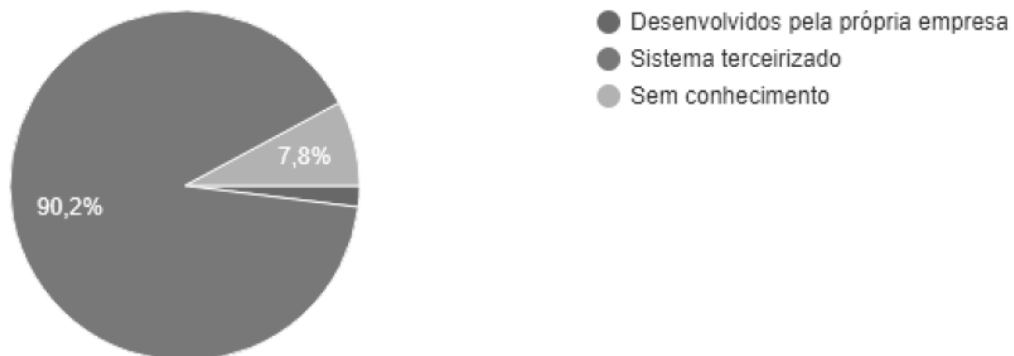
Gráfico 9 Em sua opinião, qual o nível de importância do setor patrimonial para empresa?



Fonte: Autor

Mesmo tendo obtido um resultado positivo quando a análise do patrimônio na tomada da decisão de investimentos, muitos entrevistados responderam como normal a importância do patrimônio para empresa. Analisando a teoria sobre o assunto, o patrimônio pode ser considerado importante dentro da empresa, pois se trata do ativo da empresa.

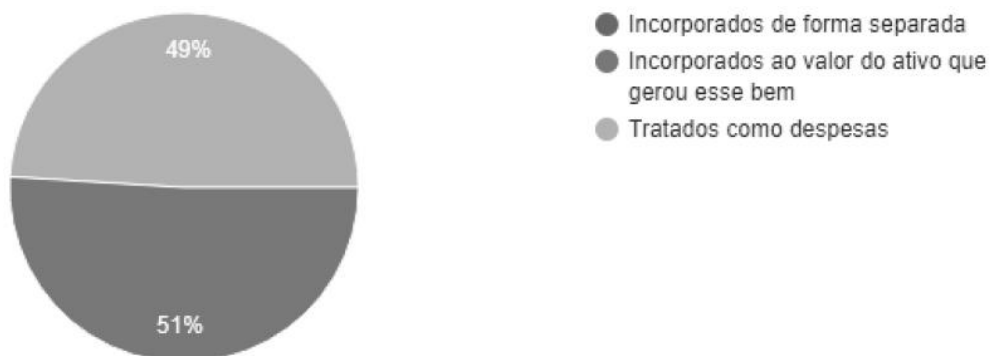
Gráfico 10 No controle de patrimônio, os sistemas de incorporação de bens são:



Fonte: Autor

Devido à maioria das empresas optarem por ERP voltados a tarefas de produção, junto com a terceirização do setor contábil, justifica o resultado de 90,2% pelo sistema de terceirização do sistema.

Gráfico 11 Como são tratados os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de um elemento do ativo imobilizado?



Fonte: Autor

Este resultado é preocupante, já que 49% dos entrevistados tratam como despesas, possíveis gastos que poderiam agregar valor ao ativo da empresa. O que pode justificar o alto número desta resposta e alto nível de terceirização do registro contábil pelas empresas.

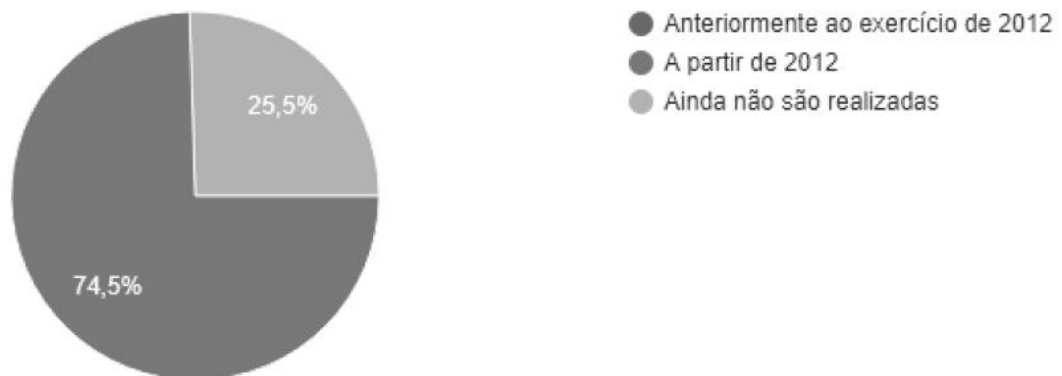
Gráfico 12 Como são mensurados ou avaliados os bens intangíveis?



Fonte: Autor

O resultado de 54,9% que responderam que os bens intangíveis não são mensurados, não é considerado o ideal, já que o patrimônio considera estes bens através do seu valor de aquisição ou de produção. Setores internos podem ajudar as empresas a controlar e melhorar estes resultados.

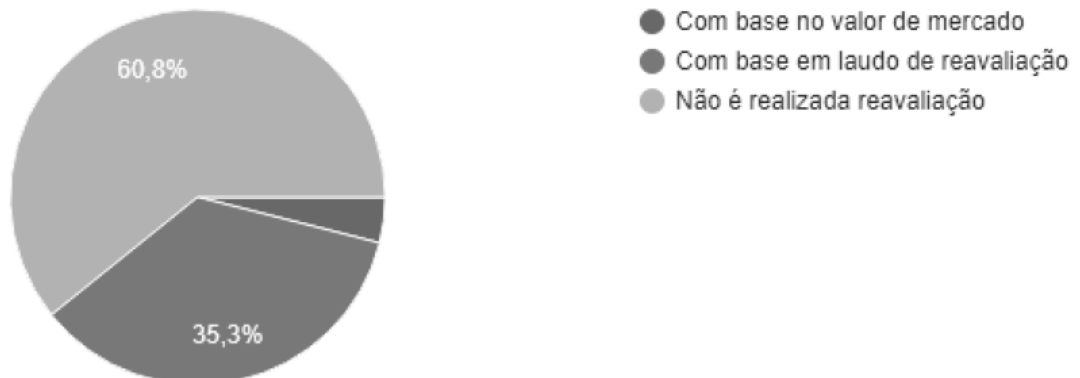
Gráfico 13 Quando as reavaliações de bens foram realizadas (atendendo as normas da contabilidade internacional)?



Fonte: Autor

Nem todas as empresas brasileiras se adequaram as normas internacionais da contabilidade. Mas a pesquisa apresentou um resultado satisfatório já 74,5% das empresas entrevistadas já estão adequadas a elas. Devido às perguntas anteriores não estarem satisfatórias percebemos que algumas precisam realizar melhorias ao ativo imobilizado.

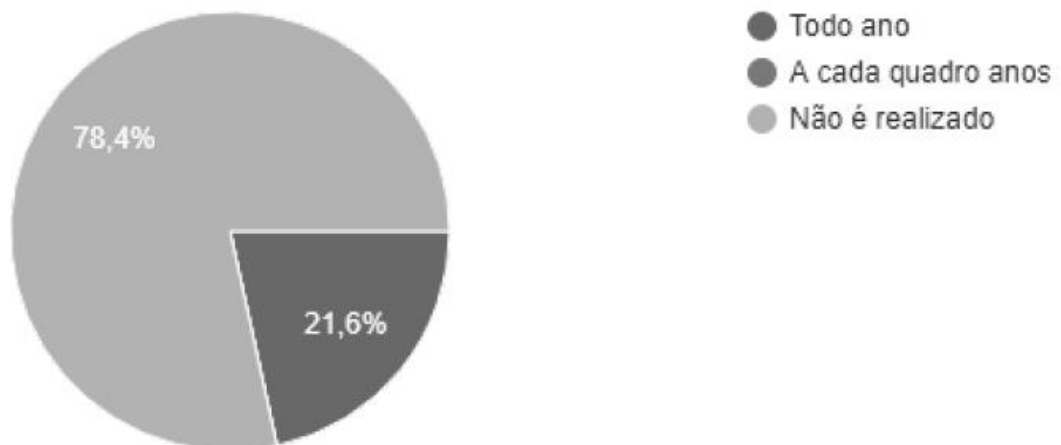
Gráfico 14 No caso de o ativo estar contabilizado por valor irrisório, qual o procedimento adotado para reavaliação?



Fonte: Autor

Outro ponto preocupante, pois a norma internacional da contabilidade descreve que a empresa deve realizar a reavaliação de bens com valor contábeis irrisórios. Sendo assim, trazendo o valor do ativo imobilizado real.

Gráfico 15 Nos casos de bens registrados pelo valor original, com qual frequência o procedimento de redução ao valor recuperável (Impairment) é realizado?



Fonte: Autor

O Valor recuperável (Impairment) é outro ponto que as normas internacionais da contabilidade que a maioria das empresas ainda não está realizando. Como podemos verificar 78,4% das empresas ainda não realiza o procedimento. Somente 21,6% das empresas realiza o procedimento correto, ou seja, todos os anos quando existem bens aplicados.

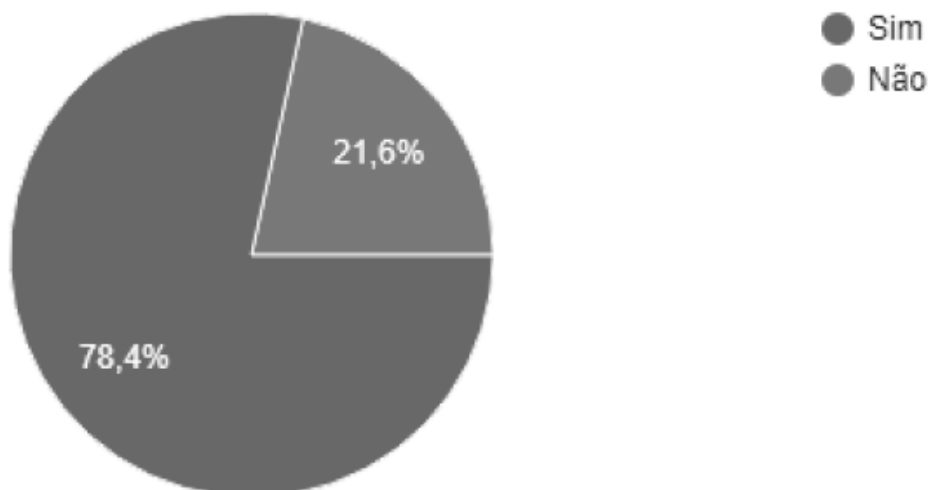
Gráfico 16 Quais são os métodos de depreciação utilizados na empresa?



Fonte: Autor

O método das quotas constantes e o processo indicado pela Receita Federal, mesmo existindo outros métodos aceitos, as empresas optam por esta opção. Para empresas de médio e pequeno porte este método se torna mais fácil de realizar, já que a empresa segue a tabela de quotas da receita por categoria de bens. Os demais métodos que não foram citados, geralmente são utilizados pelas grandes empresas e que possuem setores patrimoniais que controlam os resultados das depreciações, que irá ter impacto no Imposto de Renda das empresas.

Gráfico 17 A empresa realiza inventários físicos?



Fonte: Autor

O resultado pode ser considerado satisfatório, pois os inventários físicos ajudam as empresas no controle dos bens. Os 21,6% das empresas que não realizam este inventário, corre o risco de perde o controle dos seus bens e ver seu patrimônio se tornar obsoletos.

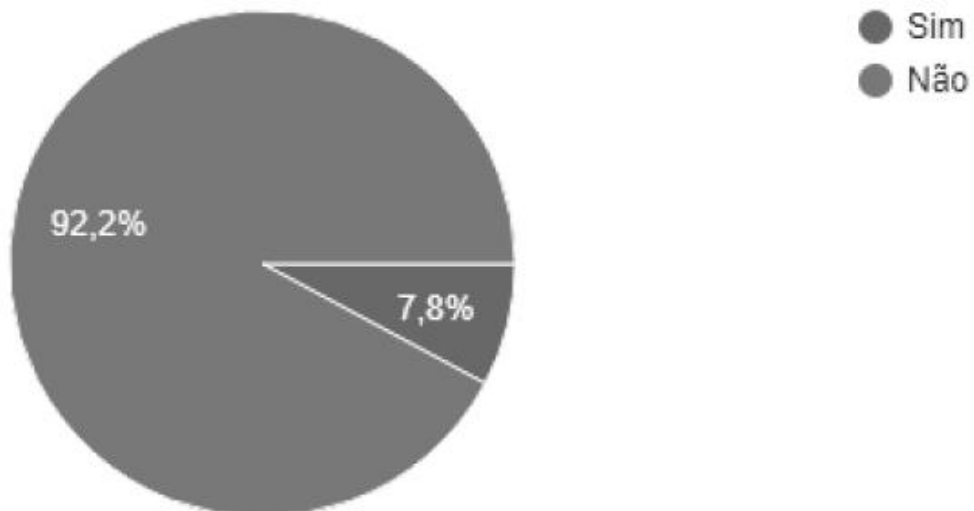
Gráfico 18 Caso a questão anterior tenha sido positiva, com qual frequência esses inventários são realizados?



Fonte: Autor

Podemos identificar que a maioria das empresas que realizam inventários físicos realiza este procedimento corretamente, já que realizado anualmente este controle terá um nível de confiabilidade maior.

Gráfico 19 O patrimônio é auditado por empresa especializada?



Fonte: Autor

Esta pergunta foi realizada para nível de conhecimento, já que auditorias em processos contábeis e patrimoniais, nem todas as empresas são obrigadas. Como a delimitação do universo desta pesquisa foi empresa de médio e pequeno porte, o número de empresas obrigadas ou que optam por realizar auditorias é pequeno.

4.2. RESULTADO

O resultado deste estudo, foi possível avaliar o atual processo de ativo imobilizado praticado pelas empresas de médio e pequeno porte na região de Curitiba-PR, assim, propondo uma melhor análise dos gestores quanto aos relatórios obtidos nos seus patrimônios. Este resultado foi possível analisando o referencial teórico e a coleta de dados dos entrevistados.

Este trabalho foi importante para proporcionar um conhecimento na maneira de pensar de gestores quando ao processo do ativo imobilizado de suas empresas. Neste aspecto contribuiu para o mapeamento do pensamento dos gestores e a falhas de seus pensamentos expostos nos questionários.

A delimitação da pesquisa ficou estabelecida em média (54,9%) e pequena (45,9%) porte, onde a maioria possui sede única. A porcentagem de entrevistados com curso superior está muito satisfatória, ficou acima de outros estudos relacionados a empresas desse nível.

Pensando nos resultados obtidos nas questões específicas referente ao setor patrimonial, constatou que esta faixa de empresas (média e pequeno porte), entrega os cuidados do setor patrimonial aos cuidados da contabilidade própria ou terceirizada. Isto pode ser comprovado em outras perguntas, onde os gestores deram respostas não condizentes com as normas contábeis e patrimoniais.

Mas o ponto positivo da entrevista vem esclarecer a pergunta principal do presente trabalho. Onde a grande maioria dos proprietários/diretores analisam os relatórios patrimoniais para a tomada de decisão de investimento. Este ponto vai a encontro com o que a bibliografia do tema trás, que um controle patrimonial realizado correto e organizado, traz diversas vantagens as empresas.

Apesar do resultado positivo quando a pergunta exposta, o presente trabalho apresentou diversos desafios a serem explorados em estudos de casos específicos, entrando nas empresas, estudando mais adentro seus controles patrimoniais.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa para identificar qual a percepção dos Gestores das empresas, sobre a importância da análise do patrimônio para a tomada de decisões de investimentos.

Para alcançar o objetivo proposto, foi delimitado um universo de gestores das empresas de médio e pequeno porte da região de Curitiba-PR. Onde os mesmos, responderam perguntas relacionadas à suas empresas e procedimentos patrimoniais.

Através dos resultados obtidos, conclui-se que mesmo demonstrando ter conhecimentos na área patrimonial, muitas dos gestores e suas empresas realizam o controle somente para atender as obrigações legais.

O fato que justifica estas decisões das empresas, por serem de médio e pequeno porte, estas empresas deixam o controle patrimonial nas mãos de empresas ou contabilidades terceirizadas.

Com isso, os gestores/proprietários somente analisam os resultados do controle patrimonial através do Demonstrativo de Resultado (DRE) de suas empresas. Sendo assim, deixam de obter relatórios mais específicos para uma melhor análise de seu patrimônio para tomada de decisões.

Hoje as grandes empresas possuem setores de controle patrimonial, para realizar estudos de como utilizar melhor seus ativos, possíveis reduções em impostos e tomada de decisões em investimentos. As empresas estudadas, seguem com o pensamento de realizar o controle somente para atender o que determina o fisco, sem aproveitar as vantagens que o ativo imobilizado pode trazer.

Pelos pensamentos apresentados na pesquisa, os gestores ainda pensam que ter um controle patrimonial é um custo. Mas quando entramos em estudos de casos de grandes empresas e bibliografias do tema, percebemos que este controle pode ser um benefício, abrindo caminho para novos investimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, Alexandre; FRANCÊS, Zaqueu Rogério. **Administração do Patrimônio Público: Desenvolver Recursos Humanos para o aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas**. Florianópolis: FECAM, 2003.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 4ª ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

BERNARDES, José Francisco. **Gestão Patrimonial: Materiais Permanentes e Bens Móveis**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2009.

BRASIL. Lei 6404, 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). **Planalto Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/leg.asp>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

BRASIL. **Regulamento do Imposto de Renda de 2009 (RIR/99)**. Decreto nº3.000 de 26 de maio de 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 27**. Ativo Imobilizado. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_27.pdf. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010**. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que

dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001282>. 24 de maio de 2018.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina. **Introdução à teoria da Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: elaboração e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, João Manoel de Souza. **A Importância do Controle do Patrimônio do Estado**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas.** Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2010.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, José Luís; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura; FERNANDES, Luciane Alves. **Introdução a Contabilidade.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Internacional Avançada.** São Paulo, 2004.